



Infâncias pouco abordadas nos debates agroecológicos: uma questão de gênero, raça e etnia.

Childhoods rarely addressed in agroecological debates: a question of gender, race and ethnicity.

SOUZA, S.1; FERREIRA, M. R. G.²; BRANDÃO, L. G.³; BRAZ, I. J. J.⁴

¹Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata, comunicacao@ctazm.org.br; ²Universidade Federal de Viçosa, www14dti.ufv.br

RELATO DE EXPERIÊNCIA TÉCNICA

Eixo Temático: Infâncias e Agroecologia

Resumo: O trabalho aqui apresentado busca por meio de relato de experiência técnica, apresentar vivências LGBTQIAP+ e racializadas no contexto do Ensino Fundamental I, II e Ensino Médio, tanto por parte dos alunos quanto da equipe, a partir das atividades de arte-educação promovidas pelo Projeto Curupira, da organização não governamental “Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM)”. Os relatos promovem uma reflexão sobre a presença desses corpos, a postura pedagógica dos docentes, a maneira como a promoção da agroecologia se envolve neste tema e os desafios enfrentados enquanto equipe majoritariamente LGBTQIAP+ e negra, partindo de uma discussão sobre identidades.

Palavras-Chave: agroecologia; arte-educação; infâncias; identidade; raça; gênero; LGBTQIAP+.

Contexto

Este trabalho visa explicitar por meio de relatos de experiência técnica as presenças e subjetividades das infâncias viadas e racializadas nas 27 escolas em 5 municípios da Zona da Mata Mineira, atendidas pelo Projeto Curupira do Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata no primeiro semestre do ano de 2023. Numa perspectiva arte-educadora, partindo do desenvolvimento de atividades voltadas para a agroecologia, nas pautas apresentadas e debatidas no Ensino Fundamental I e II e Ensino Médio buscamos entender quais são as trajetórias inviabilizadas quando esses temas são discutidos: Quem vê a criança LGBT? Quem vê a criança negra e indígena? Na trajetória estudantil desde a acadêmica dos integrantes da equipe do Projeto Curupira a representatividade desses corpos, principalmente dentro do debate de infâncias e agroecologia, sempre foi invisibilizada, desta forma nos apropriamos do dever de lançar luz à essas infâncias.

O Projeto Curupira tem como abordagem a elaboração de uma cartilha, baseando-se em um determinado tema definido pela parceira Actionaid, que esteja relacionado com a agroecologia. A partir disso, visitamos escolas que tenham alunos vinculados ao projeto e desenvolvemos uma atividade que relaciona arte e



educação a fim de que as crianças e adolescentes possam se interessar e participar da construção do saber, compartilhando suas vivências e interagindo com as dos outros.

Descrição da Experiência

No ano de 2023 o tema escolhido para tratar foi o “Combate ao Racismo Ambiental”. O material pedagógico utilizado segue o formato de cartilha e foi produzido pela equipe do Projeto, desde as ilustrações aos textos de cada página. Separada em missões a cartilha é um convite para se identificar como parte da natureza, passando pelo Chamado a se reconhecer, pela missão Identidade com relato de Carol Puri, uma dinâmica de reconhecimento dos Territórios Indígenas e Quilombolas da Zona da Mata com a cartografia social, missão ancestralidade e por último um convite à conhecer es aliades na luta contra essa violência que atravessa muitos dos inscitos do nosso projeto.

Por escolhermos tratar o Racismo Ambiental por esse caminho, um tema ainda numa discussão muito nebulosa, fomos para nossa primeira escola inscrita ainda muito observadores. Confiando em nosso trabalho, mas dispostos a perceber a funcionalidade de cada dinâmica escolhida e a absorver toda informação vinda das crianças, muitas vezes protagonistas nessa dinâmica territorial violenta.

A primeira escola atendida pelo Projeto Curupira é localizada em um território periurbano que pelo nome da instituição (em homenagem há um padre da região) já imaginamos os desafios que enfrentaremos por remeter a costumes religiosos. O feedback que tínhamos das antigas equipes de estagiários e da equipe técnica era que de fato haveria alguns obstáculos para desempenhar nosso trabalho pedagógico por ser um colégio grande, dessa forma fomos preparados.

Povoada, quem falou que eu ando só
Nessa terra, nesse chão de Meu Deus,
Sou uma, mas não sou só
(POVOADA, Sued Nunes. 2021)

Nossa abertura começa acendendo o sentimento de pertencimento enquanto povo, ao cantar que somos uma mas não estamos só, evocamos a coletividade presente na cosmovisão dos nossos ancestrais negros e indígenas. As palmas ajudam a chamar pelo ritmo. As vozes param e o poema Pele Preta Me Veste de Clara Costa, que já foi estagiária do mesmo projeto anos atrás, é declamado. Os olhos brilham. É possível quase tocar no ar o sentimento de identidade. As crianças negras acenam com as cabeças concordando.

Os assentos no pátio da escola estavam dispostos numa meia lua quase fechada, nós estagiárias do Projeto Curupira dançamos e cantamos com as palmas ainda



mais fortes, para então iniciarmos nossa conversa de forma mais explicativa. Fica evidente que o tema já está quase na ponta da língua de cada criança, ao perguntarmos muitas delas respondem: Racismo!

Devolvemos perguntando se alguma delas já ouviu falar de racismo ambiental. É então que Solana Souza, estagiária do Projeto, se apresenta e começa uma dinâmica sobre identidade. O interessante ao executar a primeira missão da cartilha é muitas vezes propor uma apresentação coletiva, já que nossa identidade começa pelo nome. Solana é uma travesti afro-indígena e demarca seu lugar social toda vez que vai apresentar a cartilha, associando identidade e território quando pergunta às crianças como é onde elas moram. Rural ou urbano? Como é o caminho de suas casas até a escola? Quais músicas elas ouvem tocar em suas vizinhanças? Existe alguma produção cultural específica do lugar de onde elas vieram? Essas pessoas da vizinhança se parecem com elas, estão no mesmo grupo racial?

Uma criança chamou sua atenção logo de cara, fora as outras que quiseram interagir com ela antes da abertura. Essa criança que poderia ser lida como branca já parecia não se identificar com a disposição dos lugares para se sentar, ficou em pé, junto aos professores e estagiárias do projeto. Esteticamente já era ambíguo associar aquela criança ao feminino ou ao masculino, principalmente depois que esta se apresentou como Yago (nome fictício). O nome sendo o primeiro indicativo de uma identidade divergente da norma.

A missão Identidade (página 2) da cartilha é iniciada com o poema Sabor Ancestral à Mineira de Ju Monteiro, também antiga estagiária do projeto.

Mãe plantou um pé de quiabo
Lá pro mei de setembro
Disse preu espera um cado
Que ali vai dá nosso alimento
Janeiro, quando nasce, tá na hora de
panhar
A galinha garnizé
Ajudou a manter os escorpião fora
de casa
Hoje entra na panela
Vai esgoelar, mas não pode ter dó
dela
Pra comer tem que criar
Por que assim que as coisa é
Com alimento que não dá no pé [...]

Após o estagiária do Projeto Lucas Brandão declamar este poema, é proposto uma dinâmica artístico pedagógica que separa as turmas em dois grandes grupos, para que com uma bola apresentem seu nome e uma comida que gostam, a dinâmica segue com a bola cruzando a grande roda, para que todos participem. Uma atividade brincante com caráter de pensar sobre alimentação atrelado à identidade.



Essa dinâmica permite quebrar o formato expositivo enquanto o complementa. Nesse momento Yago se incomodou e propôs se apresentar com dois nomes. O nome de registro e o que gostaria de ser chamado, Yago.

Nas palavras de estagiária do Projeto, Rafa, neste momento percebemos que não nos preparamos para questões de gênero advindas do contexto infantil. Como abordar identidade com crianças? Como tratar identidade sem abordar gênero de uma forma invasiva, ou determinista? Somos uma equipe majoritariamente negra, indígena e LGBTQIAP+ e tentamos nos blindar de possíveis questões relacionadas à nossa presença no ambiente educacional, mas não imaginamos o impacto que causaríamos na estrutura cisgênera normativa das instituições escolares que atendemos.

Um professor de uma escola localizada no centro de um bairro periurbano do nosso município, relatou que após a nossa atividade vários jovens insistiram em atitudes violentas em relação a outros estudantes lgbs. O corpo de professores convocou uma reunião que visava propor combater a lgbtfobia. Entretanto, o clima da sala de professores norteou a conversa apontando seis alunos tidos como “problemáticos”. A proposta final foi chamar pessoas ligadas à Universidade Federal de Viçosa para fazer esse diálogo, esse professor propôs que nossa equipe voltasse para realizar essa oficina. Até então nenhuma ação direta ocorreu.

Esse professor observa a presença de alunos lgbs tal qual observa a presença de alunos racializados (negros e indígenas), muitas vezes coexistindo em ambos os eixos. No entanto, a presença desses corpos não intimida o comportamento violento do corpo estudantil em relação às minorias, o que torna o ambiente escolar cada vez mais hostil.

Ele relata que em um momento tocou para seus alunos um rap indígena cantado na língua nativa e que os mesmos alunos que foram apontados na reunião sobre lgbtfobia riram da música.

Quando o questioneei sobre de onde vinha esse comportamento ele respondeu que talvez da novidade, de serem assuntos comentados sob um véu pouco transparente que deixa o diálogo nebuloso, acusatório. Fica evidente a dificuldade das instituições em propor o combate a violências de forma que não vá para um nível punitivista. Porém em nossas atividades todas as vezes em que o tema Identidade surgia, com atravessamento de gênero, sexualidade e raça, éramos transparentes suleando o diálogo de forma honesta obtemos respostas extremamente inspiradoras.

Em uma escola da zona rural atendida pelo projeto, integrantes da equipe, Lucas Bradão, Jheyko Braz e Rute Santos propuseram uma dinâmica de apresentação com o nome e uma brincadeira que gostavam. Até então, meninos e meninas não ousaram apresentar perspectivas fora da norma de gênero até que o estagiário Jheyko Braz disse que sua brincadeira favorita era brincar de boneca. Foi então que



Pedro (nome fictício), que no momento inicial demarcou seu lugar em um brincar masculino, relatou sem medo de julgamentos também brincar com as bonecas que tinha. A partir da quebra da norma de um adulto uma criança se sentiu confortável para também expor que aquilo também fazia parte do seu brincar.

Quando pensamos em discussões a respeito de gênero e raça no ambiente escolar, existe no imaginário popular uma preocupação em como as crianças irão assimilar essas informações. Não é incomum ouvir comentários como: "Isso é muito confuso para as crianças." "Elas não vão entender sobre o assunto, melhor não falar.", "Não sei se deveria falar, são muito novas...". Apesar disso, o maior estranhamento sempre vinha por parte dos adultos, dos professores. Estes que, em sua maioria, cresceram ouvindo e reproduzindo falas estigmatizadas e preconceituosas sobre a comunidade LGBTQIAP+, negra e indígena que hoje, pela lei 7.716/1989, configura lgbtfobia e racismo, ambos crimes inafiançáveis no Brasil.

Podemos entender a partir disso que não existe uma preocupação real em proteger as crianças, pois, se essa fosse a pauta em questão, instruí-las a respeito dos direitos LGBTQIAP+ e raciais, a fim de que não comentam um crime imprescritível e, no caso de crianças fora do padrão cis-hetero e racializadas, não sejam vítimas dessas violências, deveria ser prioridade. Impedir que os alunos tenham contato com pessoas trans e travestis ou homossexuais não vai evitar que futuramente eles se descubram como parte da comunidade, não falar sobre o racismo em sala de aula não impede que as crianças tenham contato com assuntos "violentos" e sim permite que essas violências ocorram dentro da sala de aula, de forma silenciosa, sem que a criança possa entender e denunciar. Porque, não falar sobre algo não significa que aquilo não existe. Se escorar no discurso de que "são apenas crianças, não é racismo ou lgbtfobia" é validar e incentivar abusos cotidianos que são intrínsecos da sociedade brasileira, que refletem na vivência escolar.

Outros comportamentos muito presentes no corpo docente da maioria das escolas que visitamos foi a indiferença em relação às atividades e a contenção excessiva dos alunos. Enquanto ocorria a formação, era comum que os professores se afastassem e voltassem suas atenções para seus celulares ou conversassem entre si, muitas vezes não percebendo quando eram solicitados pelos próprios alunos, com pedidos para ir ao banheiro ou beber água. Também, frequentemente, a conduta foi de estarem atentos aos alunos, ou melhor, ao comportamento dos alunos, os repreendendo ao menor sinal de "desordem".

Levando em consideração que um dos principais questionamentos em relação ao debate de gênero e raça nas escolas é em relação a formação dos professores sobre o assunto, não seria contraditório a postura desses profissionais diante de uma aula sobre o tema? Entendem que, por motivos de necessidade, as pessoas que frequentemente promovem esses debates são, em sua maioria, pertencentes as comunidades afetadas, como é dito por Nilma Lino Gomes em "O Movimento Negro Educador":

"Os movimentos sociais são produtores e articuladores dos saberes construídos pelos grupos não hegemônicos e



contra-hegemônicos da nossa sociedade. Atuam como pedagogos nas relações políticas e sociais.” (GOMES, 2017, p.16)

Por esse motivo, já está na hora de tirarem a exclusividade dessa responsabilidade dos militantes e dos alvos dessas violências e assumi-la também. Existe uma urgência de que professores, coordenadores e demais profissionais da educação se formem a respeito dessas pautas para que possam por conta própria promover uma educação anti-racista, anti-lgbtfóbica e respeitosa para todes.

Resultados

A nível de identidade visibilizar as infâncias LGBTQIAP+ e racializadas é quebrar um ciclo de vivências atreladas a silenciamentos, violências institucionais, pouca representatividade estimulando a autocompreensão e autocrítica sobre ser e estar no mundo de forma integrada com a natureza. As pautas agroecológicas aliadas ao combate às violências são capazes de produzir uma coletividade honesta uma vez que abarca vivências muito silenciadas nesses contextos. Trazer outras abordagens artístico pedagógicas de forma criativa para sensibilizar as instituições, os estudantes, o corpo docente sobre a presença dessas interseccionalidades no campo, na cidade, na favela, no quilombo, na aldeia etc.

Referências bibliográficas

Projeto Curupira em: Combate ao Racismo Ambiental / Coordenação: Rute Santos. – 1 ed. – Viçosa, MG: CTA-ZM, 2023.

GOMES, Nilma Lino. . O movimento negro educador. Saberes construídos na luta por emancipação. Petrópolis, RJ: vozes, 2017.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.